

**REPUBLICANOS VERSUS DEMOCRATAS:
CONFLITOS POLÍTICOS NO ALVORECER
REPUBLICANO PARAENSE**

**REPUBLICANS vs. DEMOCRATS: POLITICAL,
CONFLICT IN THE DAWN
REPUBLICAN PARAENSE**

William Gaia Farias¹

Resumo: É proposta deste trabalho, analisar as disputas político-partidárias no Pará do final do século XIX. O centro da investigação é a revolta ocorrida em Belém que de um lado envolveu o Partido Republicano Democrático e de outro o governo do estado, liderado pelo Partido Republicano do Pará. Aborda as ações de grupos organizados pelo partido que derrotado em eleições, tentou evitar a abertura do Congresso Constituinte e a elaboração da primeira Constituição republicana do Pará, depor o governador do estado. **Palavras-chave:** República, Revolta, Constituição.

Abstract: It is proposed this work, consider the party-political disputes in Pará the end of the nineteenth century. The center's research is the revolt that took place in Bethlehem on one side involved the Democratic Republican Party and the government of another state, led by Republican Party of Pará addresses actions of organized groups that the party defeated in elections, tried to avoid opening of the Constituent Congress and the drafting of the first Republican Constitution of Pará, depose the governor and the state. **Keywords:** Republic, Rebellion, Constitution.

Os anos que sucederam a Proclamação da República foram marcados pelas disputas entre grupos e partidos políticos interessados no controle do novo regime. No estado do Pará o período republicano provisório expressa muito bem o nível das disputas que evidenciaram a instabilidade política.

A partir da Aclamação e posse do Governo Provisório, criaram-se representações do Partido Republicano do Pará – PRP em vários municípios e distritos, muitas vezes contando com a presença de

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – Professor Adjunto da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará. Autor da Tese de Doutorado “A construção da República no Pará (1886-1897)” e do livro “O alvorecer da República no Pará (1886-1897)” – (Belém: Editora Açáí, 2008). E-mail: wgaia@ufpa.br

membros do diretório do partido que se deslocavam de Belém para a criação de representações político-partidárias nos municípios, distritos e vilas. Dentre as várias localidades destacaram-se a Vila de Colares, os municípios de Benevides, Breves, Santarém, Itaituba, São Domingos de Boa Vista e o distrito de Sant'Anna do Capim (informações publicadas no jornal *A República*, o ano de 1890). Estas medidas evidenciam que o estabelecimento da República no Pará partiu da capital para o interior do estado.

Com o objetivo de reconquistar o poder e o prestígio político, a maioria dos liberais e alguns conservadores formaram o Partido Republicano Democrático, no terceiro dia após a Aclamação e Posse do Governo Provisório. Logo procederam à criação do jornal *O Democrata*, em substituição ao jornal *O Liberal do Pará*. A partir daquele momento o jornal passava a divulgar as propostas do PRD e promover críticas ao Governo Provisório e ao Partido Republicano do Pará.

Outra medida da mudança de regime destacada nos periódicos foram as substituições de funcionários públicos que ocorreram durante todo o ano de 1890, o que motivou intensos debates na imprensa paraense, principalmente entre os jornais *A República* e *O Democrata*. Nos artigos dos periódicos mais envolvidos na política partidária podemos encontrar a troca de acusações, em que os adesistas, integrantes do Partido Republicano Democrático – PRD identificavam-se como vítimas das arbitrariedades do governo. Por outro lado, os republicanos históricos agrupados no Partido Republicano do Pará, manifestavam-se em defesa do governo e acusavam os democratas (como eram denominados os integrantes do PRD), de moverem ações contra o regime republicano, comprometendo a prosperidade do estado e do país. Por isso foram classificados “monarchistas desfaçados”, termo bastante utilizado nos artigos de *A República* como forma de denúncia de vinculação dos integrantes do PRP com o regime derrubado.

1. Política republicana: articulações e trocas de acusações

Com a emergência das novas disputas políticas, tornou-se freqüente as acusações e denúncias de jogadas políticas através da imprensa, como a publicação de matérias denunciando os partidos de publicarem termos de adesão de homens que não eram seus adeptos.

Observa-se isso no caso de alguns moradores do distrito de Sant'Anna do Capim que, segundo o jornal *A República*, escreveram um abaixo-assinado protestando contra os democratas que teriam publicado, no dia 1 de janeiro de 1890, a adesão dos mesmos ao PRD (*A REPÚBLICA*. Belém, 01/01/1890. p. 1). Na denúncia pública, acusam os democratas de terem ludibriado os eleitores ao solicitar suas assinaturas sob a alegação de que faziam parte de um cadastramento eleitoral para que os mesmos se credenciassem como eleitores.

Apresentado o artigo, os redatores do *A República* aproveitaram a denúncia em seu favor, afirmando que "... os abaixo-assinados pertencem por convicção e por espontânea deliberação ao patriótico Partido Republicano do Pará, que tem por chefe o Dr. José Paes de Carvalho e fazem pública esta declaração, para evitar o equívoco de O Democrata..." (*Ibid.*). Para demonstrar a autenticidade da acusação e do apoio dos reclamantes ao Partido Republicano do Pará publicam-se ainda as referidas assinaturas.

Com a recente memória da Proclamação operando a seu favor, os republicanos históricos aproveitavam qualquer oportunidade para atingir a oposição dos democratas. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que exaltavam o novo regime, faziam questão de identificar os democratas como oportunistas, pois "Que provas de fidelidade à República tem dado esse antigo partido monárquico, que arbitrariamente se apossou do novo rótulo de – democrático – pretendendo doutrinar o povo, que ainda ontem, pegava em armas contra a República? (*A REPÚBLICA*. Belém, 06/03/1890. p. 1). A resposta ao citado questionamento era a afirmativa de que os democratas seriam movidos por um espírito de vingança a respeito da Proclamação, uma vez que não aceitavam perder o poder. Portanto, na visão dos redatores do jornal *A República*, o Partido Republicano Democrático era constituído por um "convênio de grupos diferentes" (*Ibid.*), sendo que a principal facção fazia parte do antigo Partido Liberal que, segundo *A República*, era o grupo que apoiava a proposta de um Terceiro Reinado. Com isso, os republicanos defendiam que "Não basta dizer que se é republicano; é preciso provar que se o é na verdade, porque entre o dizer que se é e o ser realmente, há muita diferença, pode haver sofisma e muita falsidade" (*Ibid.*). Como se vê a identificação de um partido como republicano parecia ser um elemento valioso para conquistar o eleitorado.

Ao apresentar o regime republicano como moderno e novo faziam questão de identificar-se como os guardiões do “novo regime” e agentes de um novo tempo, o da prosperidade.

Na imprensa republicana encontram-se vários artigos cujos textos identificavam os democratas como “monarquistas disfarçados”, o que sem dúvida fazia parte do jogo político dos republicanos históricos, como forma de se identificarem como legítimos republicanos e guardiões do novo regime, portanto dignos de ocupar o governo (A REPÚBLICA. Belém, 26/04/90 p. 2 e 27/06/90. p. 1). Na linguagem da imprensa dirigida pelos republicanos históricos, o partido denominado Partido Republicano Democrático na verdade era monarquista, pois conspirava contra a República, uma vez que; “... dizem-se democratas e ostentam-se nobres e orgulhosos. Fazem a política da emboscada, do fingimento, das dissimulações” (A REPÚBLICA. Belém, 02/09/1890. p. 1). Outra prova de que os democratas seriam monarquistas, conforme os argumentos dos redatores de A República, era o fato de percorrerem o interior do estado, pregando a “... sedição e a intriga, com o despudor das almas danadas ...” (*Ibid.*). Nota-se assim a marcante reciprocidade de acusações entre os partidos antagônicos.

Nos momentos que antecederam as eleições para escolher os representantes do Pará no Congresso Nacional Constituinte houve a intensificação das discussões e trocas de acusações entre os partidos políticos conflitantes. Tais discussões referiam-se tanto aos acontecimentos ocorridos na capital quanto àqueles que ocorreram nos municípios e localidades do interior do Estado.

O jornal A República de 01/05/1890 publicou um artigo intitulado “Os Democratas Anarchisando”, no qual se atribuía aos integrantes do PRD a autoria de distúrbios na Colônia de Santa Izabel. Foram acusados pelos redatores: o presidente dos democratas, Vicente Chermont, juntamente com o democrata, Agostinho Reis e o comerciante e capoeira Francisco Xavier da Veiga Cabral (A REPÚBLICA. Belém, 01/05/90. p. 1), que era conhecido como Cabralzinho. Os acusados, acompanhados de capangas, teriam promovido provocações e ameaças levando a intensos desentendimentos que ocasionaram o disparo de um tiro que atingiu gravemente um morador do município que assistia ao comício do Partido Republicano do Pará (*Ibid.*).

Em outra edição de A República, novamente se atribui o conflito aos democratas Agostinho dos Reis e Veiga Cabral. Estes, por liderarem um grupo de capangas, seriam também responsáveis pela crise nervosa que atingiu uma senhora gestante (A REPÚBLICA. Belém, 02/05/90. p. 1). O Democrata, em defesa de Reis e Cabralzinho, argumentava que os dois foram vítimas do governo quando retornavam da localidade de Caraparu, na Colônia de Santa Izabel. Reis e Cabralzinho teriam sido atacados por um grupo liderado pelo subdelegado Antônio Souza Leal que também militava no PRP. Os democratas eram também acusados (A REPÚBLICA. Belém, 14/06/90. p. 1) de fazer campanha contra o governo pelo interior do Estado, a exemplo de Benevides, onde Agostinho Reis utilizava como arma de campanha política o argumento de que o governo republicano tinha como objetivo acabar com a religião católica. Ao se defenderem, os republicanos – após alguns argumentos – divulgaram o programa do PRD, que também defendia no seu artigo XVIII a separação entre Igreja e Estado (*Ibid.*).

Este conflito, envolvendo o médico democrata Agostinho Reis e Veiga Cabral foi parar no tribunal de justiça, e embora ninguém tenha sido condenado, o auto de inquirição ajuda a compreender um pouco mais os confrontos entre os agentes do PRD e o governo republicano.

No documento, a acusação recaía sobre o subdelegado Antonio de Souza Leal, que teria atingido o Dr. Agostinho Reis com golpes de faca, enquanto a escolta comandada pelo subdelegado segurava Cabralzinho que tentava evitar que seu companheiro fosse atingido. Tanto Reis como Cabralzinho ainda teriam tentado escapar, mas não foram bem sucedidos. O médico democrata tropeçou e ao cair foi imobilizado por Antonio de Souza Leal que “... colocou o pé em sua garganta e com uma faca fez um golpe no peito de Reis. O cônego Muniz tentou impedir a agressão e também foi ameaçado ...” (Auto de perguntas feitas ao Dr. Agostinho Reis e Francisco Xavier da Veiga Cabral em 1890. Cabralzinho travou luta com os homens da escolta, mas acabou sendo agarrado e levado para delegacia.

As agressões físicas, as trocas de acusações e retaliações partiam dos dois partidos políticos. Sendo assim, as vítimas em alguns casos só mereceram este tipo de denominação na linguagem apresentada pela legislação, nas delegacias e nos tribunais, muito embora sempre que levavam desvantagem se autodenominavam como tais. É notório que

nas disputas políticas, o cenário era marcado pela participação de capoeiras e de policiais militares. Todavia, é preciso lembrar que o uso da violência física partia dos dois lados, o mesmo acontecendo com as trocas de acusações pela imprensa.

À medida que se aproximava a abertura do Congresso Constituinte do Pará intensificavam-se os boatos de que os democratas estariam organizando um movimento que tinha como objetivo evitar que o Congresso elegeisse Lauro Sodré, depor o governador Huet Bacellar e a aclamar o presidente do PRD Vicente Chermont de Miranda como governador do estado do Pará.

2. Conflitos no Capim

Neste clima de tensão, republicanos e democratas se enfrentaram em São Domingos do Capim no dia 4 de junho de 1891. O estopim do conflito aconteceu quando um grupo de militantes democratas composto de mais de 50 homens, sob o comando de João Francisco da Luz, atacou a casa comercial do republicano Belmiro Pacheco Barboza, na localidade de Santo Antônio, no rio Capim. O grupo de João Francisco da Luz foi repellido pelos amigos de Belmiro que dispararam tiros do interior da casa. Alguns homens do grupo de João da Luz foram mortos, mas a maioria fugiu em direção à mata (A REPÚBLICA. Belém, 06/06/1891. p. 1).

O jornal O Democrata, de 06 de junho de 1891, noticiou a terceira expedição da polícia que seguiu para o Capim sob o comando do capitão de polícia Francisco Antônio de Souza Camisão, resultando em outro conflito sangrento entre policiais e moradores da localidade, quando; “(...) o capitão reunindo à sua força as do destacamento de S. Domingos, seguiu para a bocca do Pyrajaura, onde fica o sítio de nosso dedicado amigo capitão João Francisco da Luz. A força desembarcou sob o comando do alferes Reginaldo (...)” (O DEMOCRATA. Belém, 06/06/1891. p. 1). Do tiroteio, saíram mortos um sargento, dois cabos e seis soldados, além de ficarem feridos dezenove soldados, dos quais treze foram recolhidos ao hospital de caridade. Um corneteiro desapareceu, mas foi encontrado no dia seguinte bastante ferido. No fim do conflito, o destacamento oficial, que incluía a força policial da capital e de São Domingos, saiu desfalcada, demonstrando aos

democratas que estes poderiam desafiar as forças policiais do governo e até mesmo desestabilizá-las (*Ibid.*). As baixas foram apenas da tropa governista, não havendo informações de nenhuma baixa entre os revoltosos. Nem mesmo o número de revoltosos entrincheirados era do conhecimento da polícia. Assim, o governo enviou um efetivo do Corpo Militar de Polícia que não obteve êxito, pois após cerca de 30 baixas os militares se retornaram a Belém.

3. Cabralzinho e os preparativos da revolta na capital paraense

Preocupado com os boatos do mandado de prisão de Vicente Chermont de Miranda, o diretório do PRD convocou reunião extraordinária na qual Francisco Xavier da Veiga Cabral lançou a proposta da deposição do governador por meio de uma revolta dirigida pelo PRD e que contaria com os militares descontentes (Um Democrata [Dr. Américo Santa Rosa]). Cabralzinho teve sua proposta reprovada pelas lideranças do PRD, mas, inconformado, juntou-se a Eduardo Dubourjal e Eduardo Duboujal, filho (*Ibid.*), dois democratas de prestígio no partido e que defendiam a mesma proposta de Cabralzinho. A intenção dos três foi fundamental para que outros democratas de menor destaque político os acompanhassem na organização do plano.

Na reunião democrática que antecedeu à revolta, os insurgentes discutiram a possibilidade da deposição do governador Duarte Huet Bacellar (capitão da Armada, gaúcho, nomeado pelo Governo Provisório, para governar o Pará, em março de 1891, em substituição a Justo Chermont, que havia assumido o Ministério do Interior e Exterior). Cabralzinho opinava por uma ação imediata, pois os democratas teriam o apoio do 15º Batalhão de Infantaria e do Corpo Militar de Polícia, os quais, somados a um grupo de civis convocados pelo próprio Cabralzinho, fariam um total de 1.000 pessoas, um número razoável para aplicar o golpe com sucesso. Assim, depois de tentar convencer Chermont de Miranda a depor o governador, afirmando contar com apoio suficiente, Veiga Cabral retirou-se da reunião dirigindo-se a uma casa no bairro do Reduto, onde encontrou mais de 100 homens armados vindos de várias localidades e mais 80 homens que chegavam da Ilha das Onças (O DEMOCRATA. Belém, 12/08/1891. p. 1).

Após preparar sua tropa, Cabralzinho entrou em contato com um sargento de polícia que lhe informou “... estarem prontas as praças e o esperavam no quartel ...” (*Ibid.*) onde o referido informante estava de guarda.

Circulava a versão de que Cabralzinho também planejava se reunir a um numeroso grupo formado por homens armados, que viria do Capim para constituir uma força composta de mais de 500 homens o que, na opinião do próprio Cabralzinho, levaria o 15º Batalhão de Infantaria a abandonar o quartel e reforçar a tropa dos revoltosos. Assim reunidos, praças do Corpo Militar de Polícia, do 15º Batalhão de Infantaria e os civis recrutados por Veiga Cabral e João Francisco da Luz apresentar-se-iam em frente ao quartel do 4º Batalhão de Artilharia onde aguardariam apoio de todo o efetivo da referida corporação, inclusive dos oficiais (*Ibid.*). Seria a última cartada para evitar a constitucionalização do regime e o domínio do PRP. Todavia, não se descarta a possibilidade da revolta significar uma forma de demonstração de força e insatisfação para com a sociedade civil e para com o governo. Aliás, como observou Thompson ao analisar os conflitos entre patricios e plebeus na Inglaterra do século XVIII, em vários casos o simples desafio era o objetivo dos motins, pois, “... As vezes o protesto plebeu não tinha outro objetivo senão o de desafiar a segurança hegemônica da *gentry*, retirar poder de suas mistificações simbólicas, ou até simplesmente blasfemar” (THOMPSON, 2002. p. 71).

4. Revoltosos em ação contra o Congresso Estadual Constituinte

Na virada do dia 10 para 11 de junho Cabralzinho e seus homens seguiram para o quartel e tomaram logo de assalto às sentinelas que nem chegaram a preparar as armas, ficando assim os revoltosos com a passagem livre, uma vez que tinham vencido o primeiro obstáculo. Em seguida um sargento abriu-lhes o portão, passando muitos homens “em grande algazarra” gritando “viva a República e viva o Partido Democrático” (A REPÚBLICA. Belém, 27/06/1891. p. 2), sedentos em render os oficiais, depor o governador e dar posse a seu representante.

O grupo tomou o armamento e a munição existentes no quartel e, com o apoio das praças da polícia alcançou as ruas. Para elevar a ação

e ao mesmo tempo chamar atenção de todos os insatisfeitos que pretendessem ingressar no grupo (como os militares do 15º Batalhão de Infantaria), Cabralzinho teria ordenado que a banda de música tocasse “... com músico à frente e a dar vivas ao passo que o governador reforçava os seus meios de defeza em palacio que estava fortemente defendido por bombeiros, artilharia e metralhadoras ...” (*Ibid.*). Com esse “desfile” barulhento e desafiador, dirigiram-se ao quartel do 15º Batalhão, localizado no bairro de Nazaré, mas os militares desta corporação não aderiram ao movimento, o que levou alguns revoltosos a se dispersar por temer o fracasso da revolta. Veiga Cabral seguiu com mais 40 homens armados para a chácara Cacaolinho (à época, periferia de Belém situada a margem do rio Guamá), a fim de preparar nova ação contra o governador Huet Bacellar. Enquanto isso, o governo mandou uma brigada formada por “... todas as forças do mar e terra”, junto com os alunos da Providência do Instituto de Educandos e os menores do Arsenal de Guerra, para o Cacaolinho (O DEMOCRATA. Belém, 12/08/1891. p. 1).

No quartel, na sala dos oficiais, o comandante do Corpo Militar de Polícia, major Manoel Nonnato de Seixas, achava-se reunido com o major Francisco Aquino D’Aguiar Nunes e a maioria da oficialidade que pernoitava na caserna. O grupo foi surpreendido quando se deparou com “gente estranha” no interior do prédio. O major Manoel Nonnato de Seixas ainda tentou contactar o governador por meio de um telefonema, mas foi impedido por Cabralzinho, que armado, o ameaçou. O líder dos revoltosos mandou prender todos os militares que não aderiram à revolta e ordenou a quebra do telefone para que ninguém comunicasse o governador (A REPÚBLICA. Belém, 27/06/91. p.1). As autoridades foram surpreendidas com a adesão das praças à revolta. Afinal de contas, apenas 23 praças ficaram no quartel, sendo quatro sargentos, dois cabos e 17 soldados os que permaneceram no quartel (Relatório sobre a sedição do dia 11 de junho, enviado pelo comandante do Corpo Militar de Polícia).

A adesão das praças do Corpo de Polícia foi articulada pelo sargento Antonio Moreira da Silva que após ter certeza de que as praças facilitariam a invasão do quartel e se juntariam aos revoltosos combinou tudo com Cabralzinho para garantir que não encontraria resistência. O sargento Antonio Moreira da Silva e o alferes André Cursino Lobo haviam providenciado armamentos e munições que posteriormente foram

encontrados em suas casas (*Ibid.*). A invasão contou com o apoio de policiais militares por isso os revoltosos não encontraram qualquer tipo de resistência que compromettesse a empreitada (*Ibid.*).

Os revoltosos, já com o reforço dos militares do Corpo Militar de Polícia, seguiram pelas ruas de Belém até chegar à casa do Dr. Vicente Chermont de Miranda na estrada de Nazareth. Mas lá não havia nenhum sinal do líder do Partido Republicano Democrático, pois "... nem a porta da rua, nem as janellas se abriram, o que descontentou Veiga Cabral, e causou certa desconfiança entre a sua gente." Temendo a insegurança do grupo, Cabralzinho argumentando que Chermont de Miranda já havia saído para se reunir aos amigos da região do rio Capim, que possivelmente teriam chegado ao Largo da Pólvora (onde situa-se a Praça da República). Dirigiram-se todos para o local combinado, mas não encontrando o grupo da região do Capim, seguiram para a chácara Cacaolino buscando encontrar seus companheiros do interior (A REPÚBLICA. Belém, 27/06/91, p.1).

Só mais tarde, quando os policiais militares já haviam abandonado o quartel acompanhando o grupo de Cabralzinho, foi que o comandante informou os acontecimentos ao governador, ao Esquadrão de Cavallaria e ao Corpo de Bombeiros. Interessante é o fato de que até mesmo as narrativas sobre a atitude do comandante, no momento da tomada do Corpo de Polícia, geraram certa polêmica entre republicanos e democratas.

Não há precisão quanto ao número exato de revoltosos que assaltaram o quartel. José M. de Carvalho e Silva, o alferes secretário, em ofício dirigido ao comandante, afirma que aproximadamente às duas horas da madrugada do dia 11, se deparou com os revoltosos dentro do quartel gritando vivas aos democratas. Afirma que estavam "... em número superior a quatrocentos, todos armados de facas, espingardas, terçados, foíças e chuços (oh! oh!)... que n'essa ocasião o commandante procurou repellir com toda energia essa força, mas foi inutil visto terem desaparecido as cornetas e clarins..." (*Ibid.*).

Surpreendido, o governo encontrou-se em situação difícil, uma vez que precisava garantir a abertura do Congresso Constituinte ao mesmo tempo em que deveria derrotar os revoltosos para evitar maiores problemas. Na realidade, já havia passado bastante tempo para a reação governista, talvez porque o governador estivesse mais preocupado em não descuidar da defesa do Palácio do Governo. Somente às 14 horas

o Esquadrão de Cavallaria seguiu para o Cacaolinho, sob o comando do tenente João Baptista de Sant'Anna (Relatório do governador Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes sobre a Revolta de 11 de Junho de 1891).

Preocupado em garantir a defesa da sede do governo e do centro da cidade, o governador Huet Bacellar ordenou a abertura da Alfândega no domingo, 11 de junho, para ter a sua disposição todos os rifles existentes, e com eles armar os civis que se apresentassem para lutar em defesa do governo (O DEMOCRATA, 08/08/1891. p. 1).

Quando os revoltosos chegaram ao Cacaolinho não encontraram o contingente do Capim que Cabralzinho esperava, mas, temendo a dispersão da tropa, o líder dos revoltosos procurou alojar sua gente do melhor modo possível. Para isso abriu as casas das chácaras de Vicente Chermont de Miranda e do professor Camillo Henriques Salgado. Ao amanhecer, preocupou-se em providenciar alimento para a tropa, enviando uma pessoa para buscar mantimentos na casa de seu sócio Francisco Martins da Silva (*Ibid.*).

Às 11 horas da manhã uma escolta do Esquadrão de Cavallaria, surpreendendo os revoltosos que repousavam, já que haviam passado a noite sem dormir. O primeiro tiroteio começou naquele momento, durando mais ou menos dez minutos. Cinco praças caíram do cavalo, "... ou feridas ou por não saberem sustentar-se nas sellas ..." (O DEMOCRATA. Belém, 09/08/1891. p. 1). Encontrando esta inesperada resistência a Cavalaria abandonou o tiroteio.

A urgência em conter a revolta exigiu do governador que se tomasse medidas enérgicas para desmobilizar os revoltosos por isso, após comunicar o governo federal, Bacellar convocou o comando do 15º Batalhão de Infantaria, liderado pelo tenente-coronel Cláudio Amaral Savaget (que ainda na década de 1890 comandaria uma das colunas da 4ª Expedição na Guerra de Canudos) que dispôs de uma metralhadora; o Esquadrão de Cavallaria, comandado pelo tenente Sant'Anna e pelo alferes Appolonio, também foi convocado bem como o Corpo de Bombeiros, comandado pelo tenente-coronel João Alberto da Silveira, que não demorou a atender à solicitação do governador (*Ibid.*).

Contando duas retiradas, o governador Huet de Bacellar entendeu que se fazia necessário enviar uma força mais numerosa. Dessa forma, às 16 horas, fez seguir a expedição comandada pelo tenente-coronel Cláudio do Amaral Savaget, composta pelo 15º Batalhão de

Infantaria, que se deslocou de Nazaré, até à Praça Saldanha Marinho, onde se reuniu a duas baterias do 4º Batalhão de Artilharia, além de marinheiros nacionais e bombeiros que guarneciam uma metralhadora, sob o comando do primeiro tenente Arthur Augusto de Carvalho (Relatório sobre a Revolta de 11 de Junho de 1891, apresentado pelo comandante do 15º Batalhão de Infantaria, Cláudio Amaral. Savaget), imediato da canhoneira Cabedello.

Em direção ao Cacaolinho, o tenente-coronel seguiu com a tropa pela Travessa São Mateus. Ao chegar à esquina da rua General Gurjão, recebeu o efetivo do Esquadrão de Cavallaria. Chegando à Praça Baptista Campos, o comandante Savaget dividiu a tropa do Esquadrão de Cavallaria em três grupos, sendo dois encarregados do serviço de “planqueadores” e o outro incumbido de reconhecer o terreno. Quando a tropa do governo se aproximou do Cacaolinho, foi recebida com rajadas de tiros, correspondidos por uma companhia do 15º Batalhão de Infantaria que avançava em direção ao sítio (*Ibid.*).

Os revoltosos resistiram durante horas, só sendo derrotados à noite. Enquanto a tropa mista atacava por terra, a canhoneira Guarany disparava fogo pelo rio Guamá. Resolvido o combate, a tropa vitoriosa regressou, sendo fotografada e homenageada por setores da sociedade belenense que se posicionaram ao lado do governo (Relatório do governador Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes sobre a Revolta de 11 de Junho de 1891).



Fonte: Tropa legalista reunida na Praça da República (Largo da Pólvora) ao retornar do combate no Cacaolinho (REGO, 1981, p. 84).

Posicionando a força militar no sentido de cercar a área, o comandante Savaget pretendia fazer recuar o grupo de Cabralzinho. Em posição, a artilharia começou o bombardeio, sendo auxiliada pelo fogo cruzado da infantaria. Os revoltosos responderam com vários tiros, chegando a ferir algumas praças do Corpo de Bombeiros. Preocupado com o fracasso da expedição que demorava a chegar a um resultado satisfatório, o tenente-coronel Savaget rapidamente solicitou reforços. Às 18 horas, o governador enviou o comandante do Corpo de Bombeiros, com três oficiais e um reforço de 60 praças. Pelo rio Guamá, tiros de metralhadoras e lanternetas eram disparados da canhoneira Guarany que contava com um efetivo composto por marinheiros nacionais e praças do Corpo de Bombeiros (O DEMOCRATA. Belém, 08/08/1891. p. 1).

Quando a tropa do governo chegou ao Cacaolino, às 14 horas, as sentinelas avançadas da tropa de Cabralzinho deram o sinal de aproximação da cavalaria e foi grande o alvoroço, pois era o que todos temiam. Rapidamente os revoltosos tomaram suas posições para o combate. O capoeira Coutinho (conhecido por participar de várias ações junto aos democratas), com alguns homens, entrincheirou-se em uma das valas que serviam para o escoamento das águas do rio Guamá, em frente à casa de Chermont de Miranda. Cabralzinho posicionou-se por trás da cerca da casa do professor Camilo Salgado com todos os homens espalhados ao longo da mesma. “... Completou-se o entrincheiramento com taboas, que fechavam os interstícios da cerca e só deixavam lugar para a pontaria ...” (*Ibid.*). Próximo à casa do professor Camillo Salgado ficaram Cabral, Eduardo Dubourjal e Eduardo Dudourjal Filho, todos em movimento contínuo, já que desse lado não havia nenhum tipo de proteção que servisse de trincheira (*Ibid.*).

Logo que a tropa apareceu na saída das matas, os revoltosos dispararam uma descarga pesada obrigando os militares a se refugiarem e permanecerem na mesma posição até o final do combate. No momento em que se iniciou o disparo das metralhadoras a situação ficou mais difícil para os homens de Cabralzinho. Mesmo assim, buscaram sustentar-se disparando vários tiros intercalados sem dar descargas cerradas, recuando e avançando alternadamente. Formaram pequenos grupos que se revezavam para sustentar o fogo (*Ibid.*).



Fotografia de Huet Bacellar quando foi homenageado pelos republicanos do PRP (A REPÚBLICA. Belém, 24/07/1891).

O combate cessou no início da noite, com a tropa governista já sem munições, sendo que as duas milícias, dotadas de pouco contingente, recebiam qualquer perda de pessoal, pois seus comandantes acreditavam que o menor sinal de fragilidade poderia representar a fragmentação dos militares e, portanto, decidir o conflito, razão pela qual as tropas mantiveram-se a uma distância de mais ou menos 800 metros, o que certamente contribuiu bastante para que não houvesse mortos no combate. Na linguagem do governo afirmava-se que Veiga Cabral e seus companheiros abandonaram suas posições,

entretanto, na narrativa dos democratas por sua vez, a tropa governista, com medo, teria se mantido distante da tropa de Cabralzinho e por isso não conseguiu seu intento de aniquilar os revoltosos, nem mesmo o de atingi-los; “Parece incrível que depois de um tiroteio vivo que durou mais de três horas, secundado por duas peças de campanha e metralhadoras, não tivesse morrido um só dos atacados!” (O DEMOCRATA. Belém, 10/06/1891. p. 1).

5. Caça aos revoltosos e dissolução do Corpo de Polícia

Nem tudo estava resolvido, pois na manhã do dia 12 as tropas ainda estavam de prontidão e os militares da tropa governista retornaram ao Cacaolinho para verificar se ainda havia revoltosos entrincheirados (*Ibid.*). A força policial explorou a mata, entrou nas casas encontrando carabinas *comblain*, dois rifles, duas espingardas de caça, correames completos, sabres, baionetas e uma grande caixa contendo 500 cartuchos para carabina. Antes de entrar e retirar o armamento das casas, a força deu duas descargas de fuzilaria e como os tiros não foram respondidos o capitão ordenou que a casa fosse invadida. No interior havia algumas “... mulheres pretas, que encontraram-se tremendo de susto por causa das descargas, foram os soldados desbofeteando, e por maiores torturas teriam passado as pobrezinhas se não tivessem fugido para o matto ...” (*Ibid.*).

Com o controle da situação, o governo recorreu à imprensa defendendo que se tratava de uma revolta com a presença de desordeiros arrebanhados pelo diretório do PRD. Contudo, cabe considerar que este tipo de discurso que procura passar a imagem dos revoltosos como “despolitizados”, faz parte do jogo político, à medida visa marginalização dos inimigos políticos. A respeito deste argumento do poder E. P. Thompson, se referindo às manifestações dos trabalhadores ingleses no século XVIII, afirma que os manifestantes que se envolviam em motins eram vistos por patrões e governantes como “dissolutos e desordeiros”, e por seus protestos eram enquadrados como criminosos (THOMPSON, 2002, p. 68). A respeito do século XIX no Brasil, no estudo de José Murilo de Carvalho sobre a Revolta da Vacina, este tipo de discurso se encontrava em vigor, pois de forma geral o governo e as elites cariocas tendiam a “... ver a revolta como exploração inescrupulosa da população

ignorante por parte dos políticos e militares ambiciosos em atribuir as ações de rua às ‘classes perigosas’ ...”, pois “... o verdadeiro povo, o verdadeiro operário, tinha ficado à margem dos acontecimentos ...” (CARVALHO, 1987. p. 115).

O envolvimento de policiais do Corpo Militar de Polícia (oficiais e de praças) levou o governador do estado a assinar o decreto de número 352, dissolvendo o Corpo Militar de Polícia por trair as instituições republicanas. No artigo n. 2 definia-se que todos os oficiais, com exceção dos lotados no Esquadrão de Cavallaria seriam presos e submetidos ao Conselho de Guerra. Definia também que as praças seriam submetidas ao Conselho de Investigação como responsáveis pelos crimes de suborno e de “traição à pátria e as instituições republicanas” (DIÁRIO OFICIAL, Belém, 17/11/1891. p. 1). Afinal, para o governo era inconcebível o envolvimento do Corpo de Polícia ao lado dos revoltosos. Contudo, compreensível se considerarmos a afirmativa de Norbert Elias de que com o desenvolvimento do processo civilizatório, a violência física passou a ficar sob o poder dos quartéis, podendo sair deste plano em casos extremos, como “... guerras ou sublevação, penetrando na vida do indivíduo ...” (ELIAS, 1994: p.73).

Alguns militares do Corpo de Polícia que se envolveram na Revolta de 11 de junho, tiveram que deixar a cidade para cumprir pena. Às 16 horas do dia 17, um destacamento de bombeiros seguiu para o quartel de polícia onde ficou aquartelado até o momento de conduzir ao embarque os soldados que ainda restavam no quartel da polícia. Esses ex-militares seguiriam a bordo do vapor “Arary” com destino à Colônia de São João do Araguaia (área localizada no Sul do Pará, a época região de densa floresta), a fim de pagar por trair a confiança do governo e atentar contra a “ordem pública” e contra a República (A REPÚBLICA. Belém, 18/06/1891. p. 2).

Como medida punitiva o governo suspendeu as garantias constitucionais e decretou a deportação de Vicente Chermont de Miranda, presidente do Partido Republicano Democrático e seu vice-presidente o major Frederico Augusto da Gama e Costa (O DEMOCRATA. Belém 02/08/1891. p. 1). Os deportados foram acompanhados por um oficial de confiança do governo, até embarcarem no vapor que os conduziam à Europa. Todas as medidas de precauções

no sentido de ter certeza que não resistiriam ao decreto foram tomadas pelo governo. Com a retirada dos três membros do diretório democrático, os republicanos do PRP acreditavam que o principal partido de oposição iria se desorganizar definitivamente.

Os democratas fizeram questão de apresentar a matéria publicada no jornal português *O Século*, de 4 de julho de 1891, informando a visita de Frederico Augusto da Gama e Costa, ex-deputado conservador brasileiro e vice-presidente do PRD. O objetivo era informar a deportação de Gama e Costa em consequência da Revolta de 11 de junho. Criticando os procedimentos tomados pelo governador do estado do Pará, os redatores de *O Democrata* transcreveram um trecho de *O Século* “... esta não teve por objetivo ferir as instituições republicanas, mas apenas fazer cair o governo local que está comprometendo com as suas violências ... “ (*Ibid.* p. 2).

Passada a urgência em conter as investidas dos revoltosos, iniciaram-se as buscas ao principal protagonista da revolta. Consciente do interesse do governo em lhe punir, Cabralzinho habilmente procurou esconder-se até o momento favorável à sua partida para New York, retornando somente após a anistia. Mesmo envolvendo-se em mais uma tentativa de revolta no ano de 1893, na luta contra o governo e, portanto, visto como um vilão, Cabralzinho, a partir de 1895, foi elevado à condição de herói da República, por liderar as disputas pelo território do Amapá contra os franceses (COELHO; QUEIROZ, 2001).

Do programa de deportação, o único membro do diretório do *Partido Republicano Democrático* que conseguiu escapar, foi o Dr. Américo Santa Rosa. Mesmo assim não ficou livre de retaliações, sendo demitido do cargo de professor do Lyceu Paraense, sendo depois reintegrado, mas suspenso novamente pelo período de um mês (*O DEMOCRATA*, Belém, 17/09/1891. p. 1).

Depois de alguns meses de repressão e ilegalidade, o jornal *O Democrata* voltou a circular, demonstrando repúdio ao seu fechamento, em função das revoltas ocorridas no interior e na capital do estado em junho do mesmo ano. As ações lideradas pelos democratas fizeram com que o governo promovesse intensa perseguição, gerando violência, mortes, prisões e o fechamento do jornal.

6. Considerações finais

Nos momentos que antecederam a abertura do Congresso Estadual Constituinte, sem conseguir vencer os republicanos no campo ideológico, ou seja, sem sucesso na construção da contra-hegemonia, os democratas investiram no uso da força física como meio de impor seu programa político e de recuperar posições que ocuparam até à Proclamação. Assim, os democratas investiram na Revolta de 11 de Junho de 1891, sendo duramente reprimidos pelo governo. A Revolta ocorreu no ápice das disputas político-partidárias, sendo reprimida pelo governo que aproveitou o ensejo para justificar a perseguição aos seus principais opositores.

Se, por um lado, as revoltas dirigidas pelos democratas causaram grande preocupação; por outro, o governo, ao sufocar tais revoltas, aproveitou o momento para empreender as retaliações que julgava necessárias: decretou estado de sítio e divulgou pela imprensa as principais ações da oposição. Contudo, as repressões às revoltas de junho de 1891 e as derrotas eleitorais não foram suficientes para frear os democratas. Em 1893, avaliando como favorável a conjuntura política e apostando em uma crise de governo, resultante da Revolta da Armada, os democratas planejaram outra revolta com o objetivo de promover a deposição do governo de Lauro Sodré. Desta forma observa-se que, articulando ações entre a capital e o interior do estado, os democratas representaram sérias preocupações para os republicanos, o que se estendeu até o ano de 1896 com a dissolução do PRD.

Referências

Fontes

- A REPÚBLICA. Belém, 20/02/1890.
- A REPÚBLICA. Belém, 25/02/1890.
- A REPÚBLICA. Belém, 26/02/1890.
- A REPÚBLICA. Belém, 28/02/1890.
- A REPÚBLICA. Belém, 06/03/1890.
- A REPÚBLICA. Belém, 12/03/1890.
- A REPÚBLICA. Belém, 26/04/1890.
- A REPÚBLICA. Belém, 01/05/1890.

A REPÚBLICA. Belém, 02/05/1890.
A REPÚBLICA. Belém, 02/09/1890.
A REPÚBLICA. Belém, 06/06/1891.
A REPÚBLICA. Belém, 14/06/1890.
A REPÚBLICA. Belém, 18/06/1891.
A REPÚBLICA. Belém, 27/06/1891.
A REPÚBLICA. Belém, 24/07/1891.
Diário Official. Belém, 11/06/1891.
Diário Official. Belém, 17/11/1891.
O DEMOCRATA. Belém, 06/06/1891.
O DEMOCRATA. Belém, 10/06/1891.
O DEMOCRATA. Belém 02/08/1891.
O DEMOCRATA. Belém, 08/08/1891.
O DEMOCRATA. Belém, 09/08/1891.
O DEMOCRATA. Belém, 12/08/1891.
O DEMOCRATA. Belém, 17/09/1891.

Relatório sobre a sedição do dia 11 de junho, enviado pelo comandante do Corpo Militar de Polícia tenente-coronel Manuel Nonnato Neves de Seixas ao chefe de segurança pública, Manuel Januário Bezerra Montenegro. Belém, 12 de junho de 1891. p. 15. *Apud*. **Relatório em que o capitão-tenente Duarte Huet Bacellar passou a administração do estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao governador Dr. Lauro Sodré**. APEP. Fundo: Executivo. Belém: Typographia do Diário Official, 1891.

Relatório do governador Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes sobre a Revolta de 11 de Junho de 1891. *Apud*. **Diário Official**. Belém, 11/06/1891. Relatório sobre a Revolta de 11 de Junho de 1891, apresentado pelo comandante do 15º Batalhão de Infantaria, Cláudio Amaral. Savaget ao comandante das armas. Belém, 26 de junho de 1891. *Apud*. **Relatório em que o capitão-tenente Duarte Huet Bacellar passou a administração do estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao governador Dr. Lauro Sodré**. <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1729/contents.html>.

Relatório do governador Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes sobre a Revolta de 11 de Junho de 1891. *Apud*. **Diário Official**. Belém, 11/06/1891.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará. **Auto de perguntas feitas ao Dr. Agostinho Reis e Francisco Xavier da Veiga Cabral em 1890**. Série: Crimes contra a Segurança da Pessoa e da Vida. Subsérie: Ferimentos. 2º Distrito Criminal.

Um Democrata. [Dr. Américo Santa Rosa]. **Os sucessos de junho ou o último motim político do Pará**. Belém: Imprensa de Tavares Cardoso & Cia, 1891.

Bibliografia

CARVALHO, J. Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

COELHO, Mauro Cezar; QUEIROZ, Jonas Marçal. **Amazônia**: modernização e conflito (século XVIII e XIX). Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

REGO, Orlando L. M de Moraes do. **Retrospecto histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822 –1930)**. Belém: IHGB, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Artigo recebido em 06/12/2009 e aceito para publicação em
28/12/2009.